



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

*Bonfinópolis no coração da gente.*

ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – [www.bonfinopolis.mg.gov.br](http://www.bonfinopolis.mg.gov.br)

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETÔNICO nº 029/2021**  
**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE**  
**GÁS DE COZINHA, PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

**I. DAS PRELIMINARES:**

1. Impugnação interposta tempestivamente pela empresa *COMPANHIA ULTRAGAZ S.A FILIAL IBIRITÉ/MG*, com fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.520/2002.

**II. DAS ALEGAÇÕES**

2. A empresa impugnante alega que não foram incluídas no edital como documentação de habilitação, os documentos técnicos abaixo especificados, os quais são obrigatórios para a operação da atividade de comercialização de gás liquefeito de petróleo – GLP, conforme exigência de legislação específica:

· *Autorização para o exercício da atividade de distribuidor de GLP – gás liquefeito de petróleo pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art.3º, da Resolução ANP nº 49 de 30.11.2016*

· *Licença de operação emitido pela sede da empresa participante - legislação ambiental e demais normas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD/COPAM ou outra licença ambiental da sede da empresa participante - Resolução SEMAD nº 2.890, de 04 de novembro de 2019.*

· *Certificado auto de vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais atualizado - Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017. Em virtude da atividade de comércio de combustíveis, derivados de petróleo - gás GPL estar enquadrado no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 (anexo revogado pela IN nº 06, de 15/06/2013), só serão admitidas propostas cuja licitante esteja regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de*



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

*Bonfinópolis no coração da gente.*

**ADM 2021-2024**

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – [www.bonfinopolis.mg.gov.br](http://www.bonfinopolis.mg.gov.br)

*Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981..*

*· Autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos emitido pelo IBAMA. (CONF.RESOLUÇÃO ANTT 420/2004 E CONF. RESOLUÇÃO ANTT 5.232/2016).*

*· Alvará de localização emitido pela Prefeitura Municipal sede da empresa juntamente taxa do alvará municipal e comprovante do pagamento – Lei complementar nº 152/2017 e Lei nº 6854 de 19 de abril de 199.*

### **III. DA RESPOSTA**

3. Em síntese, a Impugnante alega que o Edital deve ser alterado para incluir exigências de apresentação pelos licitantes de diversos documentos técnicos que são “obrigatórios para a operação da atividade de comercialização de gás liquefeito de petróleo – GLP, conforme exigência de legislação específica para cada documento”.

4. Analisando o edital, verifica-se que não consta no item 14 – Documentos de Habilitação, qualquer exigência de apresentação de documento que comprove que o licitante é autorizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a comercializar o objeto licitado.

5. Assim sendo, o edital deve ser alterado neste ponto, devendo constar no item 14 o seguinte:

**Qualificação Técnica:** *Documento que comprove que o licitante é autorizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a comercializar o objeto licitado.*

6. Permissa vênica, a inclusão deste item se deve, uma vez que o licitante possui autorização emitida pela ANP para comercializar o produto licitado, pressupõe que este já apresentou para a referida agência toda a documentação exigida na legislação para a





**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

*Bonfinópolis no coração da gente.*

ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – [www.bonfinopolis.mg.gov.br](http://www.bonfinopolis.mg.gov.br)

aludida comercialização do produto, visto que, caso não possuísse as condições necessárias, tal autorização não seria concedida.

7. Assim, entendemos que constando essa exigência editalícia para que os licitantes comprovem possuir autorização pela ANP para comercializar o produto licitado é suficiente para comprovar a qualificação técnica do licitante.

8. Sobre os demais itens, inicialmente, cumpre esclarecer que a licitação é um processo seletivo público destinado a escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, na qual deve ser assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes, sob pena de restar malferido o princípio da isonomia, posto no artigo 1º, da Constituição. Nesse sentido, destaca-se o artigo 3º, § 1º I da Lei 8.666/93 veda que os agentes públicos pratiquem atos tendentes a restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

**§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

***I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante***



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

*Bonfinópolis no coração da gente.*

ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – [www.bonfinopolis.mg.gov.br](http://www.bonfinopolis.mg.gov.br)

*para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;*

9. Assim, constata-se que há limites legais bastante rígidos a serem seguidos pela Administração no memento de definir os requisitos de qualificação técnica para os itens a serem licitados. Apesar de ser possível motivar a escolha de certos critérios, dentro do que permite a lei, não é prudente que o gestor público se valha dessas justificativas, ainda que muitas vezes coerentes, para tentar ampliar sua margem de discricionariedade. Nesses casos, interpretações restritivas são preferíveis, já que a lei impõe limites bastante estreitos.

10. Com o intuito de compatibilizar a segurança da Administração na boa execução contratual e a ampla participação no certame licitatório, devem-se restringir as exigências de qualificação técnica aquilo que for estritamente necessário e em conformidade com o disposto no art. 30 da Lei 8.666/93:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

*IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for*





**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

*Bonfinópolis no coração da gente.*

ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – [www.bonfinopolis.mg.gov.br](http://www.bonfinopolis.mg.gov.br)

o caso.

11. Portanto, a realização dessas exigências implicaria em atuação fora dos limites de competência e fiscalização pertinentes ao processo licitatório.

12. É importante, portanto, salientar que a Administração deve exigir apenas os requisitos mínimos necessários à garantia da execução do contrato e a segurança do serviço, **sendo-lhe vedado impor exigências excessivas como as que são solicitadas na presente impugnação.**

13. Ressalta-se que não há dúvidas que as exigências previstas na legislação devem ser seguidas por todos os licitantes e que, por conseguinte, as normas que regulamentam especificamente determinada atividade devem ser obedecidas por todas as empresas que exerçam a referida atividade. Desta forma, ressaltamos, que o fato do instrumento convocatório não conter a exigência de todos os documentos exigidos para o legal exercício de determinada atividade, não exime a empresa de possuí-los, sob pena, de sofrer sanções dos órgãos competentes. E conforme salientado no item 6 desta resposta, o licitante possuindo autorização emitida pela ANP para comercializar o produto licitado, pressupõe que este já apresentou para a referida agência toda a documentação exigida na legislação para a aludida comercialização do produto.

14. Por oportuno, cumpre-se destacar que a Lei Federal nº 9.847/1999 prevê no seu artigo 14 que qualquer pessoa, constando a infração às normas, poderá dirigir representação à ANP, para efeitos do seu poder de polícia, e está será a conduta adotada pelo Município caso seja constatada qualquer irregularidade durante a prestação do serviço contratado, a fim que à empresa sejam aplicadas as sanções administrativas pertinentes, sem prejuízo de natureza cível e penais cabíveis.

#### IV. DECISÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

*Bonfinópolis no coração da gente.*

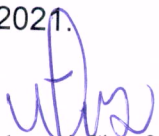
ADM 2021-2024

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82 – [www.bonfinopolis.mg.gov.br](http://www.bonfinopolis.mg.gov.br)

15. Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa, COMPANHIA ULTRAGAZ S.A FILIAL IBIRITÉ/MG para, no mérito, dar provimento parcial a IMPUNGAÇÃO, alterando o item 14 do edital para incluir o seguinte item: **Qualificação Técnica:** Documento que comprove que o licitante é autorizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP a comercializar o objeto licitado.

16. No que concerne os demais itens indicados pela empresa impugnante, não há necessidade de exigência dos documentos ali transcritos, uma vez que autorização emitida pela ANP para comercializar o produto licitado, pressupõe que todos estes documentos foram apresentados a agência.

Bonfinópolis de Minas, 18 de agosto de 2021.

  
Nádylla Aparecida Silva e Souza  
Pregoeira Oficial  
Portaria Nº 020/2021

**Nádylla Aparecida Silva e Souza**  
**Pregoeira Oficial**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS	
Publicado no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL	
Em	19 / 08 / 2021
 09966082647	
Servidor Responsável	